

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.dossie.pnum.mar2025-3>



PROJETOS HABITACIONAIS PARA REMANEJAMENTO

Os efeitos da não participação na urbanização da comunidade Taboquinha em Belém do Pará

HOUSING PROJECTS FOR RESETTLEMENT

The effects of non-participation in the urbanization of the Taboquinha community in Belém do Pará

PROYECTOS DE VIVIENDA PARA EL REASENTAMIENTO

Los efectos de la no participación en la urbanización de la comunidad Taboquinha en Belém do Pará

Luciana Guimarães Teixeira Santos¹

Ana Kláudia de Almeida Viana Perdigão²

RESUMO

Este artigo aborda projetos de remanejamentos habitacionais no Brasil, com foco na urbanização da Comunidade Taboquinha (Belém-Pará), uma iniciativa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para urbanizar a área e realocar cerca de 700 famílias que viviam em áreas alagáveis sobre palafitas, em condições precárias de habitabilidade. Ao longo dos anos de execução, o projeto sofreu alterações devido a incompatibilidades com a realidade local, às demandas da comunidade e às mudanças na área resultantes das obras que estavam em andamento. Este estudo tem como objetivo explorar a dinâmica entre participação comunitária e as mudanças do projeto, onde as adaptações realizadas visavam, em parte, atender às necessidades reais das famílias envolvidas. A pesquisa utilizou análise documental e observações de campo para discutir as alterações morfológicas na área, considerando o impacto da substituição das tradicionais palafitas por habitações com tipologias padronizadas de alvenaria. A análise sugere que, apesar da exclusão dos moradores do planejamento inicial, a participação comunitária ao longo do processo interferiu na configuração final do espaço. No entanto, a tipologia habitacional adotada permaneceu inalterada. Assim, houve uma perda do saber vernacular amazônico, que revela a necessidade de políticas habitacionais mais comprometidas com os aspectos culturais e sociais da região.

PALAVRAS-CHAVE: Remanejamento, Reassentamento, Habitação Social, Projetos Participativos, Amazônia.

¹ Universidade de Lisboa e Universidade Federal do Pará | <https://orcid.org/0000-0002-7453-5783>
lucianaguimaraes@uepa.br

² Universidade Federal do Pará | <https://orcid.org/0000-0003-0668-8603> | klaudiaufpa@gmail.com

ABSTRACT

This article addresses housing resettlement projects in Brazil, focusing on the urbanization of the Taboquinha Community (Belém-Pará), an initiative of the Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) to urbanize the area and resettle about 700 families who lived in floodable areas on “palafitas”, in precarious conditions of habitability. Over the years of execution, the project changed due to incompatibilities with the local reality, to the community demands and to the area changes resulting from the works that were in progress. This study aims to explore the dynamics between community participation and the project changes, where the adaptations made aimed, in part, to meet the families involved real needs. The research used documentary analysis and field observations to discuss the morphological changes in the area, considering the impact of the replacement of traditional “palafitas” by houses with standardized typologies. The analysis suggests that, despite the exclusion of residents from the initial planning, community participation throughout the process interfered in the final configuration of the space. However, the housing typology remained unchanged. Thus, there was a loss of Amazonian vernacular knowledge, which reveals the need for housing policies that are more committed to the cultural and social aspects of the region.

KEYWORDS: Relocation, Resettlement, Social Housing, Participatory Projects, Amazon.

RESUMEN

Este artículo aborda proyectos de reasentamiento de viviendas en Brasil, centrándose en la urbanización de la Comunidad Taboquinha (Belém-Pará), una iniciativa del Programa de Aceleración del Crecimiento para reasentar 700 familias que vivían en áreas inundables sobre pilotes, en condiciones precarias de habitabilidad. Durante la ejecución, el proyecto sufrió cambios debido a incompatibilidades con la realidad local, las demandas de la comunidad y los cambios en la zona producto de las obras. Este estudio objetivo explorar la participación comunitaria y los cambios en el proyecto, donde las adaptaciones realizadas satisfacer, en parte, las necesidades de las familias involucradas. La investigación analizó documentos y las observaciones de campo para discutir cambios morfológicos en el área, considerando el impacto de la sustitución de las casas sobre pilotes tradicionales por casas con tipologías estandarizadas. El análisis sugiere que, a pesar de la exclusión de los residentes de la planificación inicial, la participación de la comunidad durante todo el proceso interfirió en la configuración final del espacio. Sin embargo, la tipología de vivienda adoptada se mantuvo inalterado. Así, se perdió el conocimiento vernáculo amazónico, lo que revela la necesidad de políticas de vivienda más comprometidas con los aspectos culturales y sociales de la región.

PALABRAS CLAVE: Reubicación, Reasentamiento, Vivienda Social, Proyectos Participativos, Amazonía.

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Aceleração do Crescimento, lançado em 2007, é um programa voltado para ações de investimento em infraestrutura no país, estruturado em três eixos principais: logística, energia e social urbana. A urbanização de assentamentos precários foi um dos grandes focos no eixo de investimento em infraestrutura social urbana. Desde a concepção do programa, priorizou-se a realocação das famílias residentes em áreas de risco, mantendo-as, quando possível, na mesma poligonal de intervenção, de forma a preservar vínculos de vizinhança e locais de trabalho (Brasil, 2007).

A realocação de famílias para uma nova unidade habitacional na mesma área onde ocorre a intervenção urbana promovida pelo Estado é definido como remanejamento. Já no caso do reassentamento, a nova unidade habitacional é situada fora da área original de moradia. Em ambas as situações, a remoção das famílias é, em grande parte, involuntária e resulta de decisões impostas de cima para baixo, geralmente sem a participação das comunidades no processo. A Comunidade Taboquinha está localizada às margens do rio Maguari, na cidade de Belém, região amazônica do Brasil, e abrigava aproximadamente 700 famílias em moradias precárias, em áreas alagáveis e sem acesso à infraestrutura urbana básica. As condições ambientalmente insustentáveis justificaram as intervenções públicas do âmbito do PAC.

Diversos estudos analisaram a urbanização do Taboquinha, explorando os impactos da intervenção. No entanto, poucos abordaram o papel da participação comunitária no processo e os efeitos dessa dinâmica na morfologia urbana resultante. Assim, o objetivo deste trabalho é contribuir para as discussões já iniciadas, explorando a relação entre a participação comunitária e as mudanças no projeto, atualizando as análises morfológicas e relacionando-as com as adaptações feitas para atender às demandas locais. A análise qualitativa utiliza o levantamento cadastral realizado para a elaboração do projeto, o projeto original e o projeto final executado. Esse conjunto de documentos, combinado com observações locais e relatórios da equipe social, permitiu examinar as mudanças morfológicas e socioculturais na área urbanizada, refletindo sobre o impacto da substituição das tradicionais, mas precárias, estivas e palafitas de madeira por novos traçados viários e habitações formais.

2 REMOÇÕES, REASSENTAMENTOS, REMANEJAMENTOS E PARTICIPAÇÃO

No Brasil, as remoções ocorrem geralmente para abrir espaço para obras de infraestrutura e desenvolvimento urbano. Independentemente das motivações, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera que as remoções forçadas podem violar os direitos humanos, impactando diretamente no direito dessas famílias a uma moradia digna (Brasil, 2013). Para assegurar esse direito, é essencial uma atenção à concepção e à implantação de projetos que envolvam remoções de famílias. No entanto, esses processos frequentemente se revelam autoritários: “realizados com pouca ou nenhuma consulta às pessoas afetadas” (Brasil, 2013, pg. 17).

As grandes obras de infraestrutura e urbanização são frequentemente financiadas por bancos públicos e agências internacionais. Entre essas instituições, o Banco Mundial foi pioneiro ao criar diretrizes para reassentamentos, incluindo a necessidade de participação da comunidade no processo (Partridge, 1989). Desde então, outras instituições passaram a exigir planos de reassentamento, buscando evitar ou minimizar as remoções involuntárias, condicionando o financiamento das obras à análise e aprovação desses planos. Contudo, segundo Castro (2016), a capacidade limitada de acompanhamento e os curtos prazos restringem o potencial da participação nas decisões e planejamentos dos reassentamentos.

No Brasil, os reassentamentos involuntários foram regulamentados pela Portaria n. 317, de 18 de julho de 2013 (Guimarães e Ahlert, 2016). Esta portaria estabelece medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas, decorrentes da execução de programa e ações sob gestão do Ministério das Cidades, no âmbito do PAC (Brasil, 2013).

No programa de Urbanização de Assentamentos Precários, além da prioridade de remanejamento em detrimento do reassentamento, a participação dos beneficiários em todas as etapas do projeto era também uma diretriz presente no Manual do programa. Com a Portaria 317/2013, a participação social tornou-se obrigatória, exigindo a apresentação e discussão de todas as intervenções urbanas propostas que envolvam remoções de famílias. No entanto, a portaria não esclarece quais seriam os efeitos dessas discussões no desenvolvimento das propostas.

Em 2023, com o lançamento do Novo PAC, o Ministério das Cidades reafirmou a participação dos beneficiários como uma das diretrizes gerais, especialmente na elaboração

do plano de reassentamento. A inovação está na inclusão de uma nova meta obrigatória: a elaboração do plano de Ação Periferia Viva, um instrumento de planejamento participativo voltado para definição de intervenções urbanas pontuais no território onde irão ocorrer os investimentos públicos (Brasil, 2023).

Cuartas e Valencia (2021) definem a participação como um exercício democrático de expressão de opiniões sobre temas diretamente relacionados aos direitos e deveres dos cidadãos. Os autores descrevem quatro níveis de participação: ausência de participação, participação passiva, participação ativa e, no nível mais alto, o de controle cidadão. Na participação passiva, a comunidade é apenas informada dos processos e projetos, enquanto, na participação ativa, há uma interação contínua entre os projetistas e os cidadãos desde a primeira etapa do projeto. Assim, a participação na elaboração do projeto (Manual do PAC-2007) e a discussão das propostas (Portaria 317/2013) representam níveis diferentes de envolvimento comunitário. A participação ativa gera impactos diretos nos projetos e, portanto, é um aspecto relevante a ser estudado no contexto da morfologia urbana. As mudanças no projeto afetam os traçados, a malha, as hierarquias viárias e as relações entre os espaços públicos e privados.

3 URBANIZAÇÃO DA COMUNIDADE TABOQUINHA

A comunidade do Taboquinha está localizada na confluência da Baía do Guajará com o Rio Maguari, ao norte de Belém, capital do Estado do Pará. Em 2016, a baixa densidade demográfica era composta por mais de 70% das edificações em madeira, a maioria localizada em áreas suscetíveis a alagamentos (Lima, Leão e Lima, 2017). Essas construções eram predominantemente palafitas dispostas ao longo do igarapé, em uma região com graves deficiências de infraestrutura urbana e sem medidas de proteção ambiental para o curso d'água (Figura 1).

Figura 1 – Ocupação igarapé Tabocal



Fonte: COHAB (2007) e Luciana Santos (2018)

Diante deste cenário, a remoção das famílias enquadrava-se no objetivo do PAC Urbanização de Assentamentos Precários, que visava implementar ações para melhorar as condições de habitabilidade de populações localizadas em áreas inadequadas. Em maio de 2007, a proposta de urbanização da área foi selecionada para integrar o programa, lançado quatro meses antes (janeiro de 2007). A seleção da proposta baseou-se apenas em um Plano de Trabalho que incluía uma caracterização geral da área, justificativa, descrição do objeto da intervenção, principais características socioeconômicas da população, estimativa de custos e cronograma de execução, sem projeto detalhado. Em outubro de 2007, foi assinado o contrato de repasse dos recursos entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Pará (GEP), condicionado à apresentação dos projetos e orçamentos para análise da mandatária da União, a Caixa Econômica Federal (CAIXA), a fim de autorizar o início das obras.

Em 2007, a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), órgão executor do contrato frente ao GEP, abriu os processos licitatórios para a elaboração dos projetos executivos e para a execução da obra. Paralelamente, os projetos básicos e o orçamento estavam em análise pela CAIXA. Em janeiro de 2008, a COHAB assinou o contrato de execução da obra. Entretanto, apenas em abril de 2008 a CAIXA finalizou a análise dos projetos e do orçamento. Em agosto de 2008, foi realizado o levantamento semi-cadastral e, em março de 2009, o cadastro das ocupações e o levantamento das interferências, o que ocasionou o “congelamento” da listagem das famílias que seriam beneficiadas com habitação ou indenização de benfeitorias, conforme o plano de remanejamento. Essa breve cronologia dos eventos demonstra uma inversão de fases essenciais do planejamento. O prazo curto para elaboração de propostas prejudicou o levantamento prévio das características físicas e socioeconômicas da área, bem como a inclusão da participação da comunidade – elementos fundamentais para o desenvolvimento dos projetos.

Ao final da análise do projeto pela CAIXA as características gerais do contrato de repasse incluíam a regularização fundiária de 1.410 famílias, a construção de 978 novas unidades habitacionais, a melhoria 100 habitações, a indenização de 122 famílias e a construção de 40 equipamentos comunitários. Uma das metas fundamentais e um diferencial para o contrato era a recuperação ambiental dos três lagos conformados pelo igarapé Tabocal, além de obras de infraestrutura urbana compreendendo abastecimento de água, coleta de esgoto, construção de uma estação de tratamento de esgoto, iluminação pública e rede de energia elétrica, pavimentação, drenagem e calçamento em diversas vias da área. No total, 1.862 famílias seriam beneficiadas com as obras, acompanhadas por um conjunto de ações que compunham o trabalho técnico-social (COHAB, 2008).

Na Figura 2, é possível visualizar as principais características da morfologia urbana da comunidade do Taboquinha em 2007-2008. A malha principal com aproximadamente 200x200 m, com 200 x 200 metros, apresentava vias largas e ortogonais. As vias de penetração predominantes eram os becos, com escala voltada para o pedestre. A ocupação linear do espaço, da borda para o centro das quadras, seguia uma lógica econômica que favorecia a coabitação de vários membros de uma mesma família em um único lote (Lima, Leão e Lima, 2017). As estivas (Figura 1), que davam acessos às palafitas ao longo do igarapé, seguiam essa lógica, ocupando os miolos das quadras ao longo do corpo d'água.

O projeto inicial do Taboquinha (2007-2008) tinha como premissa a eliminação total das estivas, prevendo trapiches de contemplação e atracação de pequenas embarcações, uma vez que haveria a manutenção da navegabilidade do igarapé, incluindo uma área de proteção ambiental correspondente à área alagável. A malha principal seria mantida. A subdivisão das quadras, com um traçado que aproveitasse áreas vazias da poligonal, permitiria a construção das novas unidades habitacionais. Esse traçado estaria integrado ao sistema viário existente e seguiria a lógica dos becos, como vias de penetração que melhorariam acessibilidade e na circulação para pedestres. Entretanto, havia um número considerável de interferências que exigiriam indenizações de benfeitorias (Lima, Leão e Lima, 2017).

Figura 2 – Levantamento cadastral da Comunidade do Taboquinha



Fonte: COHAB (2007), adaptado pelas autoras

As obras foram iniciadas oficialmente em junho de 2008 e concluídas em julho de 2021. A regularização fundiária ainda está em andamento. Ao longo dos treze anos de execução, ocorreram diversas alterações no projeto. O ritmo lento de execução deve-se, em parte, às modificações no projeto, às negociações dos valores das indenizações, às discontinuidades políticas e dificuldades de gestão, como apontado por Lima, Leão e Lima (2017).

A urbanização do Taboquinha foi tema de diversas pesquisas, conforme resumo apresentado no Quadro 1. Esses estudos incluem análises e críticas sobre a execução e o projeto. Lima, Leão e Lima (2017) realizaram um estudo da morfologia urbana da comunidade do Taboquinha em quatro momentos (2006, 2007, 2011 e 2015), buscando compreender as dificuldades que contribuíram para a baixa execução da obra até aquele momento. A análise crítica dos autores concluiu que havia uma deficiência tanto no projeto quanto na gestão, destacando, inclusive, a resistência inicial da comunidade, o que, segundo Castro (2019), reflete a desconexão entre as soluções propostas e as necessidades reais da comunidade.

Quadro 1 – Estudos que abordam a urbanização do Taboquinha

Autores	Abordagem
Ampuero e Perdigão (2020)	Investiga os valores objetivos e subjetivos do habitar na intervenção do Taboquinha
Brandão (2016)	Análise da morfologia urbana da intervenção de Urbanização do Taboquinha até 2015
Cardoso, Pereira e Negrão (2013)	Investigação sobre as respostas de 5 empreendimentos do PAC no Pará em relação às variáveis de acesso à terra, inserção na cidade e padrões de uso do solo
Castro (2019)	Analisa o discurso de sustentabilidade a partir do lazer e trabalho na intervenção de urbanização do Taboquinha
Castro (2021)	
Costa, Perdigão e Cavalcante (2015)	Investiga as adaptações feitas pelos moradores nas unidades habitacionais do projeto Taboquinha
Faria Neto (2016)	Caracteriza a satisfação do usuário no projeto Taboquinha
Leão et. al. (2020)	Discussão sobre a urbanização de assentamentos precários com foco nos reassentamentos promovidos por empreendimentos PAC em Belém
Lima, Leão e Lima. (2017)	Análise morfológica do projeto Taboquinha até 2015 e reflexões sobre a capacidade de gestão da COHAB/PA
Paes e Neves (2017)	Identificou os impactos positivos e negativos causados na população no projeto de Urbanização do Taboquinha
Paixão e Perdigão (2021)	Análises das habitações no Taboquinha (palafitas e novas unidades), com foco na dimensão humana em projetos habitacionais na Amazônia
Trindade e Perdigão (2016)	Avaliação das adaptações espaciais no projeto habitacional do Taboquinha e as melhorias trazidas com a urbanização
Trindade, Vicente e Perdigão (2017)	Reflexão sobre a necessidade de flexibilidade nos projetos habitacionais, baseada em análise das adaptações espaciais nas habitações produzidas pelo projeto Taboquinha

Fonte: Elaborado pelas autoras

Entre os pontos negativos atribuídos ao projeto do Taboquinha, destacam-se a produção de espaços habitacionais homogêneos e fragmentados, a falta de áreas de lazer e comércio e o impacto negativo sobre a renda da população (Castro, 2019). Contudo, apesar dessas críticas, entrevistas realizadas por Castro (2021) com moradores revelaram percepções positivas em relação às mudanças, especialmente quando comparadas às condições das ocupações anteriores.

O Quadro 1 evidencia que a participação comunitária no projeto foi pouco explorada em estudos anteriores. Entretanto, os relatórios do trabalho social indicam a existência de uma comissão de acompanhamento da obra composta por representantes da comunidade. Principalmente nos primeiros anos, as reuniões entre técnicos sociais, a comunidade e a COHAB eram periódicas, e os relatórios indicam que algumas das demandas dos moradores nessas reuniões eram direcionadas a modificações no projeto.

4 ALTERAÇÕES DO PROJETO DA URBANIZAÇÃO DO TABOQUINHA E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Considerando o objetivo desse trabalho, que é contribuir para as discussões sobre o projeto de urbanização do Taboquinha com foco nos reflexos da participação comunitária, pode-se afirmar que algumas das alterações no projeto urbano foram respostas às solicitações da comunidade. As dificuldades de negociação com os proprietários para resolver interferências que impactavam diretamente na abertura de frentes de obras e as demandas da comunidade constavam na maioria das justificativas técnicas apresentadas nas diversas alterações no projeto (2008, 2009, 2012, 2014, 2016, 2017, 2018, 2020 e 2021) ao longo da execução da obra. Os relatórios do trabalho social que registraram as reuniões periódicas, juntamente com os documentos apresentados pela COHAB, mencionam como justificativa para as alterações propostas "compromissos assumidos com a comunidade" (COHAB, 2012), corroborando essa afirmação.

O projeto inicial do Taboquinha seguiu uma lógica comum de concentração de poder nas decisões e pouco tempo para elaboração das propostas (Cardoso, Pereira e Negrão, 2013). A falta de planejamento da intervenção, com insuficiência nos levantamentos dos dados necessários para elaboração dos projetos (topografia, furos de sondagem, interferências, cadastro socioeconômico), bem como as falhas na execução e no acompanhamento das obras por parte da COHAB, explica, em parte, o longo período de execução e as diversas alterações.

Essas alterações modificaram a configuração espacial inicialmente proposta. As principais premissas foram alcançadas: manutenção da malha principal, eliminação total das estivas, preservação da navegabilidade do igarapé e proteção ambiental da calha e das áreas alagáveis (Figura 3). Outras premissas, como os trapiches de contemplação e atracação das embarcações, foram eliminadas. As mudanças mais significativas ocorreram na subdivisão das quadras, na implantação das unidades habitacionais e nos desenhos das vias de penetração, que ao final atingiram parcialmente seus objetivos. Lotes particulares foram grandes obstáculos para a interligação de vias, impactando diretamente na circulação de pedestres (Figura 4).

Figura 3 – Circulação para pedestre e recuperação do lago 1 –Taboquinha



Fonte: Luciana Santos

Figura 4 – Comparativo do traçado urbano na Comunidade do Taboquinha



Fonte: COHAB (2007, 2008 e 2021) adaptado pelas autoras

Outro ponto relevante da participação foi que, conforme as obras de infraestrutura avançaram, verificou-se que algumas famílias já não necessitavam de remanejamento, pois a questão do alagamento estava sendo resolvida. A situação melhorou com a retirada das palafitas e a dragagem do canal, que liberou o fluxo da água e reduziu as áreas de alagamento, levando algumas famílias a expressarem interesse em permanecer no local.

O Quadro 2 e a Figura 5 trazem um comparativo das metas físicas propostas e executadas pelo contrato, onde as obras de infraestrutura beneficiaram um número maior de famílias do que o inicialmente previsto. Embora tenha havido uma redução no número de unidades habitacionais construídas (766 novas unidades novas e 73 unidades em empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, localizado fora da poligonal), a necessidade de remanejamento também foi reduzida. Outras metas, como a melhoria

habitacional, tiveram uma redução (70 famílias beneficiadas das 100 previstas inicialmente), e apenas 50% dos espaços comunitários foram implantados (COHAB, 2021).

Quadro 2 – Principais mestas e resultados da urbanização do Taboquinha

Projeto (2008)	Execução (2021)
Remanejamento de 1.045 famílias	Redução do número de remanejamentos
Regularização fundiária para 1.410 famílias.	Regularização fundiária para 1.862 famílias
Infraestrutura para 1.862 famílias.	Infraestrutura ampliada para 2.041 famílias
978 UHs (812 apartamentos e 66 casas)	766 UHs (696 apartamentos e 70 casas)
Melhoria habitacional para 100 famílias	Melhoria habitacional para 70 famílias
Indenização por benfeitorias para 122 famílias	100% da meta de indenização alcançada
Implementação de 40 equipamentos comunitários (centro comunitário, quadras, quiosques e praças)	Implementação de 50% espaços comunitários planejados

Fonte: COHAB (2008, 2021), elaborado pelas autoras

Figura 5 – Comparativo da ocupação habitacional na Comunidade do Taboquinha



Fonte: COHAB (2008 e 2021) adaptado pelas autoras

Nos primeiros anos da execução, houve forte envolvimento da comunidade na fiscalização e no acompanhamento das obras, com reuniões mensais entre a equipe técnica e social que resultaram em algumas das alterações no projeto. É importante destacar que essas modificações se limitaram ao projeto urbano e à implantação das unidades habitacionais, mantendo-se inalteradas as duas tipologias habitacionais inicialmente previstas. Apesar disso, o comprometimento da equipe da COHAB com as famílias permitiu ajustes na implantação das unidades, atendendo a casos particulares de moradores. Por exemplo, um senhor pescador que desejava permanecer próximo ao lago devido à sua relação afetiva com o local, para poder ver de sua casa o seu barco atracado (Figura 6). Outro exemplo foi uma senhora cuidadora de um grande número de animais, que sofria discriminação dentro da própria comunidade e não

poderia ser reassentada em uma unidade do tipo sobrado. A melhor solução foi mantê-la no mesmo lote. Esses casos ilustram a necessidade e a possibilidade de adaptar o projeto à realidade e às necessidades da comunidade.

Figura 6 – Casa do pescador a beira do lago 1 na Comunidade do Taboquinha



Fonte: Luciana Santos (Nov/2018)

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A participação da comunidade no projeto de urbanização do Taboquinha inicialmente seguiu um modelo passivo, em que os moradores eram apenas informados sobre o projeto, sem poder decisório efetivo. Do ponto de vista de Cuartas e Valência (2021) sobre o conceito de participação passiva, observa-se que a comunidade tinha acesso às informações e podia opinar em momentos específicos, mas suas sugestões não eram determinantes para modificar o desenho urbano. Esse modelo de “socialização do projeto” é comum em várias intervenções urbanas, como exemplificado no caso colombiano estudado pelas autoras. No entanto, no caso do Taboquinha, essa dinâmica evoluiu ao longo do tempo. A participação dos moradores tornou-se mais ativa, com uma efetiva interação entre a comunidade e os projetistas, resultando em um projeto urbano mais flexível e adaptado à realidade local.

Essa flexibilidade permitiu adaptações diante das transformações no cenário urbano surgidas ao longo da execução das obras, com modificações no traçado das vias e na configuração das quadras. Embora os projetos habitacionais tenham permanecido inalterados, a participação ativa da comunidade influenciou decisivamente o projeto urbano. Vale destacar que a pesquisa de Lima, Leão e Lima (2017), que analisou o projeto até 2015, já apontava os significativos impactos socioeconômicos da intervenção, incluindo mudanças nas relações de trabalho e subsistência. A falta de uma participação comunitária mais robusta foi identificada

pelos autores como um fator que, possivelmente, contribuiu para a demora na execução do projeto.

A literatura indica que intervenções de grande escala em comunidades urbanas, especialmente em contextos de vulnerabilidade, devem considerar a divisão das obras em etapas, com metas de curto, médio e longo prazo (Cuartas e Valência, 2021). A percepção de que projetos em comunidades como o Taboquinha poderiam ser executados rapidamente desconsidera as complexidades sociais e as diversas interferências que podem surgir ao longo das obras (Brasil, 2024).

Outra reflexão, trazida por Paes e Neves (2017), é que, apesar de impositivos, os projetos apresentam impacto positivo, principalmente para aqueles beneficiados com habitação social. Ximenes (2019) enfatiza a permanência de 91% dos moradores em seus locais de assentamento, enquanto Trindade e Perdigão (2016) destacam as obras de infraestrutura e a proteção ambiental do corpo d'água (Figura 7). No entanto, as famílias beneficiadas apenas com urbanização por vezes não percebem os impactos positivos, e a regularização fundiária nem sempre representa um grande impacto, uma vez que muitos já se consideram proprietários dos imóveis.

Figura 7 – Imagens áreas da Comunidade do Taboquinha em 2015 e 2021



Fonte: Google Maps

Entre os aspectos negativos, destacam-se o longo tempo de execução e as queixas da comunidade sobre as unidades habitacionais, que não atendem plenamente às necessidades dos moradores. Essa insatisfação impacta a relação com o lote e a rua, a apropriação dos espaços públicos e os espaços de transição público e o privado (Costa, Perdigão e Cavalcante, 2015; Faria Neto, 2016; Nascimento e Perdigão, 2021; Paixão e Perdigão, 2021; Trindade e Perdigão, 2016). O projeto das unidades habitacionais (Figura 8) permaneceu inalterado desde

o início, restrito a duas tipologias (casa e sobrado) com dois dormitórios. Projetos habitacionais mais flexíveis poderiam atender melhor às necessidades dos moradores (Trindade, Vicente e Perdigão, 2017).

Figura 8 – Tipologias habitacionais construídas na Comunidade do Taboquinha



Fonte: Luciana Santos

Em uma perspectiva qualitativa, Esteves e Rocha (2022) demonstram que, em intervenções similares ao projeto Taboquinha, a adaptação das famílias remanejadas ao novo contexto urbano exige que a política habitacional respeite a cultura e os hábitos dos moradores, para que elas não sejam empurradas de volta para situações de inadequabilidade habitacional. No Taboquinha, após a finalização das ações de regularização fundiária, será possível avaliar a taxa de permanência das famílias remanejadas. Contudo, já se pode perceber, pelas adaptações realizadas pelos moradores, que os projetos das unidades habitacionais romperam com a forma tradicional de morar daquela comunidade (Nascimento, Perdigão, 2015; Trindade, Perdigão, 2016; Trindade, Vicente e Perdigão, 2017). As palafitas são uma forma tradicional de habitação amazônica, fruto de um rico saber vernacular. Assim, perdeu-se uma oportunidade de produzir espaços mais adequados aos aspectos sociais, culturais e simbólicos, alinhados à demanda e produção da habitação na Amazônia.

Muianga e Kowaltowski (2024) enfatizam a importância de processos participativos que integrem as demandas e as características dos moradores desde o início. Paes e Neves (2017) ressaltam a importância do levantamento básico das características socioeconômico, pois este é um elemento principal para apoiar as decisões de uma intervenção. A experiência de urbanização no Taboquinha aponta para os efeitos positivos da participação comunitária no desenho urbano da intervenção. Entretanto, a flexibilidade nos projetos habitacionais poderia ter gerado impactos ainda mais positivos, aumentando a satisfação dos moradores e promovendo uma relação diferente de apropriação dos espaços públicos (Paes e Neves, 2017; Costa, Perdigão e Cavalcante, 2015).

6 CONCLUSÃO

A urbanização do Taboquinha apresenta um caso emblemático dos desafios e potencialidades de intervenções urbanas em comunidades periféricas. Embora o projeto inicial tenha sido concebido sem uma participação efetiva da comunidade, a evolução para um modelo mais participativo trouxe benefícios ao projeto urbano, resultando em ajustes que melhor adequaram a intervenção às demandas locais. Essa transformação é evidenciada pelas alterações realizadas ao longo da execução das obras, que permitiram a permanência da maioria dos moradores na área, minimizando o deslocamento e preservando vínculos sociais.

A experiência no Taboquinha reforça a importância de que projetos urbanos e habitacionais em contextos de vulnerabilidade social incorporem, desde a concepção, processos participativos efetivos. Esse engajamento comunitário é fundamental para respeitar as especificidades locais. Um modelo participativo e adaptável tem o potencial de aumentar a longevidade e o sucesso desses projetos, além de reduzir os impactos negativos de soluções padronizadas.

A urbanização de assentamentos é um processo dinâmico, no qual as relações socioespaciais não se “congelam” com o início das obras. Para atuar em situações de remoções e remanejamento, é primordial utilizar, de forma combinada, as ferramentas disponibilizadas pelo poder público, que vão além da construção de novas unidades habitacionais, e podem abranger melhorias habitacionais e assistência técnica.

Por fim, as lições aprendidas com o Taboquinha indicam que, mesmo com melhorias nas condições físicas do assentamento, a satisfação dos moradores depende de um entendimento mais profundo sobre suas necessidades e do consequente atendimento a elas com o projeto habitacional. Esse entendimento passa pela escuta ativa e pelo reconhecimento do poder de intervenção da comunidade. Pesquisas futuras podem indicar caminhos para a criação de um modelo de projeto habitacional em larga escala que, ao mesmo tempo, seja flexível e adaptável às particularidades das famílias beneficiadas. Esse pode ser um passo importante para garantir que projetos de remanejamento alcancem a sua máxima efetividade e impactem positivamente na qualidade de vida da comunidade.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.dossie.pnum.mar2025-3>



7 REFERÊNCIAS

AMPUERO, Nayra. G. S.; PERDIGÃO, Ana Kláudia A. V. O sentido de lar na produção de habitação social: estudo no Taboquinha. In: Jeanine Mafra Migliorini. (Org.). **Arquitetura e Urbanismo: competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado**. 1ed. Ponta Grossa: Atena, 2020, p. 19-31. DOI: 10.22533/at.ed.8892029052.

BRANDÃO, Ana Júlia D. das N. **Entre os rios e as favelas: O PAC nas Baixadas da Bacia da Estrada Nova e Comunidade Taboquinha**. 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Periferia Viva – Urbanização de favelas: manual de instruções para apresentação de propostas**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/novo-pac-selecoes/arquivos/urbanizacao-de-favelas/manual_urbanizacaofavelas.pdf>. Acesso em 10 de nov. de 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia do plano de ação – Periferia Viva**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Projetos Prioritários de Investimentos – PPI – Intervenções em Favelas (2007-2010)**. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/saneamento/Manual_PAC_Favelas_2007_2010.pdf. Acesso em 10 de nov. de 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 317, de 18 de julho de 2013. Dispõe sobre medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas, provocados pela execução de programa e ações, sob gestão do Ministério das Cidades, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 19 jul. 2023, Seção 1, p. 42-44.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.dossie.pnum.mar2025-3>



CARDOSO, Ana Cláudia D.; PEREIRA, Glaydson de Jesus C.; NEGRÃO, Marcília Regina G. Urbanização e estratégias de desenvolvimento no Pará: da ocupação ribeirinha aos assentamentos Precários. **Novos Cadernos NAEA**. V. 16 n.2, p.255-279, dez.2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v16i2.873>

CASTRO, Marlon D'oliveira. Remanejamento urbano, discurso de sustentabilidade e direito à cidade: contradições em uma intervenção do programa de aceleração do crescimento em Belém (PA). **Paper do NAEA**, v. 28, Nº 2, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v28i2.8158>

CASTRO, Marlon D'oliveira. Entre o precário e o (in)sustentável: discursos de sustentabilidade em projetos habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento em Belém (PA). **Conjecturas**, Vol. 21, Nº 7, 2021.

CASTRO, Raifan A. de. Os reassentamentos involuntários em programas de urbanização e de saneamento: os casos Promaben, Prosamim e Probacanga. *Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 8, n. 3, p. 425-437, set./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.008.003.AO010>

COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará. **Comunidade Taboquinha. Levantamento planialtimétrico cadastral**. Belém, novembro, 2007. [Arquivo Digital].

COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará. **Comunidade Taboquinha. Projeto básico urbanização, infraestrutura e habitações sociais**. Belém: COHAB-PA, 2008. [Arquivos Digitais]

COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará. **Comunidade Taboquinha. Planta geral de urbanização e seções esquemáticas**. Belém, dez. 2011. [Arquivos Digitais]

COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará. **Comunidade Taboquinha. Planta geral de urbanização e seções esquemáticas**. Belém, nov. 2012. [Arquivos Digitais]

COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará. **Comunidade Taboquinha. Reprogramação do contrato de repasse**. Belém, ago. 2014. [Arquivos Digitais]

COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará. **Comunidade Taboquinha. Reprogramação do contrato de repasse**. Belém, out. 2016. [Arquivos Digitais]

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.dossie.pnum.mar2025-3>



COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará. **Comunidade Taboquinha. Reprogramação do contrato de repasse.** Belém, nov. 2017. [Arquivos Digitais]

COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará. **Comunidade Taboquinha. Reprogramação do contrato de repasse.** Belém, set. 2018. [Arquivos Digitais]

COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará. **Comunidade Taboquinha. Reprogramação do contrato de repasse.** Belém, set. 2020. [Arquivos Digitais]

COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará. **Comunidade Taboquinha. Reprogramação do contrato de repasse.** Belém, jun. 2021. [Arquivos Digitais]

COSTA, Solange Maria G.; PERDIGÃO, Ana Kláudia de A. V.; CAVALCANTE, Lília Iêda C. Política habitacional em Belém (PA): estudo sobre adaptação habitacional em tipologias multifamiliares. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 302-317, jul./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v7i2.10491>

CUARTAS, Stefania Arango; VALENCIA, Adriana Patricia López. Diseño Urbano Participativo del Espacio Público. Una herramienta de apropiación social. **Bitácora Urbano Territorial**, v. 31, n. 3, p. 13-26, 16 jul. 2021. Trimestral. Universidad Nacional de Colombia. DOI: <http://dx.doi.org/10.15446/bitacora.v31n3.86798>.

ESTEVES, Egeu G.; ROCHA, Jéssica R. F. Do Tabor ao Safira, participação vazia e solução única: um caso de reassentamento urbano em São Paulo. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.26 n.48, p.21-37, jan./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.23925/ls.v26i48.61667>

FARIA NETO, Alcyrr de Morisson. A qualidade no projeto arquitetônico em habitação social: Estudo de caso – Taboquinha (Icoaraci-Belém-Pará). 2016. 92f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

GUIMARÃES, Gleny T. D.; AHLERT, Betina. Direito à cidade e espaços territoriais: contradições do poder público nos reassentamentos. **Revista de Direito da Cidade**. v. 08, n. 2, p.459-482, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2016.20215>.

LEÃO, Monique B.M.S.; CORRÊA, Victória Regina B.; NASCIMENTO, Vitória Q.; OLIVEIRA, Sâmia Raquel. Habitação em projetos de urbanização de assentamentos precários em Belém/PA. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM URBANISMO**, XII,

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.dossie.pnum.mar2025-3>



2020, São Paulo-Lisboa. Anais [...]. São Paulo: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5821/siiu.10051>.

LIMA, José Júlio F.; LEÃO, Monique B. M. S.; LIMA, Alberto Patrick C. Limitações na gestão do PAC urbanização: o caso do projeto PAC taboquinha, Belém, PA. In: **ENCONTROS NACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**, XVII., 2017, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: S/Ed., 2017. v. 17, p. 1-19.

MUIANGA, Elisa A. D.; KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. A panorama of Brazilian social housing research: scope, gaps and intersections. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 24, e130925, jan./dez. 2024. Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212024000100710>.

NASCIMENTO, Izabel C. M.O.; PERDIGÃO, Ana Kláudia A. V. Representações espaciais pelo uso na moradia tradicional amazônica. **VIRUS**, São Carlos, n. 22, Semestre 1, julho, 2021. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/_virus22/?sec=4&item=13&lang=pt Acesso em: 17 jul. 2021.

PAES, T. H. S. de L.; NEVES, R. M. (2017). Contribuições para minimização de impacto negativo gerado por intervenções de urbanização em área de ocupação irregular: estudo de caso em Belém (PA). **Arquitetura Revista**, v. 13, n.1, p.1–8, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.4013/arq.2017.131.01>.

PAIXAO, Rosineide T. da; PERDIGÃO, Ana Kláudia de A. V. A Dimensão Humana No Processo De Projeto: Análise De Tipologias Habitacionais Em Belém-Pará. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 6, n. 3, p. 129–145, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21680/2448-296X.2021v6n3ID24086>.

PARTRIDGE, William L. Involuntary resettlement in development projects. **Journal of Refugee Studies**, v. 2, n. 3, p. 373-384, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1093/jrs/2.3.373>.

TRINDADE, Rosineide. P; PERDIGÃO, Ana Kláudia de A. V. Adaptação habitacional no Projeto Taboquinha, Icoaraci, Belém, Pará. **Revista Nacional De Gerenciamento de Cidades**, v. 4, n.27, p. 87-102, 2016. DOI: <https://doi.org/10.17271/2318847242720161358>.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.dossie.pnum.mar2025-3>



TRINDADE, Rosineide. P; VICENTE, Letícia R.; PERDIGÃO, Ana Kláudia de A. V. Interpretações do uso espacial para discussão projetual em programas habitacionais na Amazônia: Vila da Barca e Taboquinha, Belém (PA). **Revista Nacional de Gerenciamento De Cidades**, v. 5, n.29, p. 1-17, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17271/2318847252920171517>.

XIMENES, Juliano P. Urbanização de favelas na região metropolitana de Belém a partir da drenagem e da regularização fundiária. In: **Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas**, organização Lara Ferreira, Paula Oliveira, Victor Iacovini. 1. ed. São Paulo: Peabiru TCA / Coletivo LabLaje, 2019.

As autoras declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

Recebido em: 12/02/2025 | **Revisado em:** 13/02/2025 | **Aceito em:** 03/03/2025